

Programa REVIVE

MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE

Daniela Simões (IHA-FCSH-UNL)

Introdução



Fig.1- Vista aérea do mosteiro de Rendufe e antiga cerca monástica

Fonte: Site DGCN

O mosteiro de Santo André de Rendufe localiza-se na Rua do Mosteiro, freguesia de Rendufe, concelho de Amares, distrito de Braga, integrando a antiga região de Entre Douro e Minho. A freguesia de Rendufe, situada na bacia hidrográfica do rio Cávado, apresenta uma área de 3,06 km² e uma população de 1124 habitantes¹, sendo uma das 16 freguesias² que actualmente compõem o concelho de Amares. Rendufe é delimitada a norte pela freguesia do Bico, a oeste pelo concelho de Vila Verde, a este pela freguesia de Carrazedo, a sudeste pela freguesia de Barreiros, e a sudoeste pela freguesia do Lago. Dista cerca de 6km da sede de concelho (Amares), 14km do centro de Braga, 14km da casa-mãe beneditina, o mosteiro de São Martinho de Tibães, e 67km da cidade do Porto.

¹De acordo com os censos de 2011.

²Segundo o processo de reorganização administrativa do território das freguesias levado a cabo em 2013, para além de Rendufe, compõem o concelho de Amares as freguesias de Amares e Figueiredo; Barreiros; Bico; Caires; Caldelas; Sequeiros e Paranhos; Carrazedo; Dornelas; Ferreiros; Prozelo e Besteiros; Fiscal; Goães; Lago; Santa Maria de Bouro; Santa Marta de Bouro; Torre e Portela; e Vilela, Seramil e Paredes Secas. Tais territórios apresentam-se como importantes para o presente estudo, dado uma parte significativa destes ter integrado o antigo couto de Rendufe, e as paróquias sob a jurisdição do mosteiro, desde o período medieval até ao processo de nacionalização dos bens das ordens religiosas e respectiva reorganização administrativa e jurídica operada a partir de 1834.

Integrando até 1853 o concelho de Entre Homem e Cávado, extinto a 31 de Dezembro desse ano, na sequência das reformas administrativas do território nacional encetadas pelo regime liberal, a freguesia de Rendufe, até aí designada de Espírito Santo da Capela (por se situar no Lugar da Capela), seria, juntamente com alguns outros territórios vizinhos, anexada ao concelho de Amares. Neste contexto reformista, também o nome da paróquia associada ao mosteiro seria alteado, passando a antiga designação de Santa Trindade da Capela a dar lugar à actual Santo André de Rendufe.

A fundação do mosteiro de Santo André de Rendufe é anterior à formação da nacionalidade, podendo ser associada ao processo de fixação de comunidades monásticas beneditinas cluniacenses ocorrida durante a segunda metade do século XI na região outrora pertence ao Condado Portucalense. Associada à figura de Egas Pais de Penegate nobre do círculo do conde D. Henrique, a fundação do cenóbio deverá ter ocorrido por volta do ano 1090, datando deste ano a primeira referência escrita relativa ao mosteiro conhecida. Em 1151, e de acordo com inscrição sobrevivente no arco cruzeiro da igreja, o templo primitivo, de feição românica, estaria já concluído, tendo para tal a comunidade monástica obtido o apoio mecenático do fundador e seus descendentes.

Durante grande parte do período medieval, o cenóbio de Rendufe foi um dos mais ricos da ordem de São Bento em território nacional, não só pelas doações e rendimentos pecuniários de que beneficiava, mas também pelos vastos domínios territoriais de que era proprietário, sendo o couto de Rendufe um dos mais vastos da região minhota. Todavia, a partir do último quartel do século XIV e até à sua integração na Congregação de São Bento de Portugal, em 1567, o mosteiro foi alvo, como quase todas casas monásticas à época, da gestão ruinosa dos abades comendatários.

No caso particular de Rendufe, tal actividade nefasta foi ainda acompanhada de diversos conflitos entre a comunidade monástica, o arcebispo de Braga e a família dos Vasconcelos, que entretanto passara a ser patrona do cenóbio rendufense. Estas desavenças acabariam mesmo por levar ao decretar da extinção do mosteiro em 1401, pelo Papa Bonifácio IX, com vista à sua reconversão em colegiada. Tal disposição acabaria por não ser efectivada, devido à intervenção junto da cúria romana de mestre André Dias, frade dominicano formado em Teologia em Viena que, à época, “ensinava a mesma disciplina em Roma e ocupava cargo na cúria romana” (MATTOSO:1969, 21). Mestre André Dias acabaria por professar o hábito beneditino, tornando-se abade de Rendufe em 1402. Com o regresso a Roma de mestre André Dias, em 1408, as reformas

de observância iniciadas em Rendufe sofreriam um forte abalo, regressando o mosteiro ao sistema de abades comendatários, provenientes até meados do século XV da família dos Vasconcelos (descendentes de Egas Pais).

Ao longo da segunda metade de quatrocentos, e até à reforma da ordem beneditina em meados da centúria seguinte, o mosteiro passou, juntamente com várias outras propriedades, para a jurisdição da família Machado, resultado da decadência económica então vivenciada pelos Vasconcelos. “A partir de então, o cargo abacial transmite-se entre parentes, com desprezo da mais elementar decência” (MATTOSO:1969, 27). A transmissão do abaciado rendufense prolongar-se-ia até 1545, ano em que D. Henrique de Sousa, último abade comendatário de Rendufe, tomaria posse, inaugurando um novo período de reformas na instituição.

Em meados do século XVI teve assim lugar uma importante campanha de obras nas instalações monásticas rendufenses, responsável pela remodelação da igreja e dos espaços monásticos, de acordo com os modelos classicistas vigentes. As antigas estruturas românicas deram lugar a uma igreja de três naves com capelas laterais. Esta campanha de obras possibilitou que o templo do mosteiro se mantivesse sem grandes alterações até ao primeiro quartel do século XVIII, altura em que novas campanhas de obras foram executadas.

Neste contexto, em Rendufe, entre 1716 e 1719, teve lugar a reconstrução da igreja ao gosto barroco joanino, cuja rica decoração em talha se assume como uma das mais interessantes do panorama minhoto. Também os espaços monásticos foram alvo de significativas intervenções com a edificação da nova biblioteca e claustro (1716-1719), e do novo dormitório (ala norte do pátio de serviço) entre 1728 e 1731. Entre 1770-1780 teve ainda lugar a construção, a norte do templo, da capela do Santíssimo Sacramento, já de acordo com uma gramática pombalina.

O processo de decadência do cenóbio, tal como verificado em muitas outras casas monásticas portuguesas, foi intensificado pela instabilidade política, agitação social e destruição trazidas pelas invasões francesas, culminando em 1834 com a extinção das ordens monásticas pelo novo regime liberal. Nos anos seguintes, as antigas instalações do cenóbio, bem como os terrenos pertencentes à cerca monástica foram vendidos em hasta pública, sendo adquiridos por particulares.

Em 1877, o edifício monástico foi consumido por um forte incêndio, ao qual escapou ileso a igreja e alguns corpos com danos não estruturais. O templo sofreria,

contudo, a derrocada do telhado e da abóbada em 1960, provocando grandes danos na sua decoração interior.

Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1943, o mosteiro de Santo André de Rendufe foi, em 2016, um dos imóveis selecionados para integrar o programa Revive. Pretende-se a instalação de um projecto de vocação turística, com vista à requalificação e refuncionalização dos espaços monásticos remanescentes. A área afectada ao programa Revive concentra-se em torno do terreiro de serviço (interior) do mosteiro, englobando o corpo do novo dormitório a norte, a designada hospedaria dos moços a sul, a cozinha e despensas que ocupam parte do lado este, e um conjunto de menores dimensões, destinado ao apoio agrícola a oeste. O corpo longitudinal da ala nascente do terreiro de serviço foi ocupado na história recente pela paróquia, utilização que permanecerá, razão pela qual este espaço se encontra de fora do programa Revive.

Quanto aos terrenos da antiga cerca monástica, estes correspondem quase na sua totalidade a propriedade privada, pelo que reconversão destes terrenos numa exploração vitivinícola conduziu ao desaparecimento da grande maioria das estruturas arquitectónicas, sistemas de rega, capelas, caminhos e muros que outrora compunham a cerca monástica, alterando irremediavelmente a sua configuração. Todavia, e apesar destas mutações profundas, o conjunto permite ainda identificar a escala territorial do antigo couto rendufense.

O Mosteiro de Santo André de Rendufe:

Na época medieval

O desaparecimento da quase totalidade do cartório medieval do mosteiro de Rendufe dificulta a reconstituição da história da instituição durante este período em aspectos ligados à vida quotidiana da comunidade, identidade dos religiosos que ali professaram e identificação e análise da evolução dos domínios fundiários do cenóbio.

Quanto ao complexo monástico medieval rendufense, o facto de não serem conhecidas quaisquer referências a antigas plantas, nomes de mestres ou canteiros, notas de pagamento, bem como de, já durante a época moderna, a igreja e dependências habitacionais medievais terem sido alvo de duas campanhas de renovação profundas (c.1551 e c.1715), levou a que praticamente nada tenha restado do complexo primitivo,

sendo igualmente de considerar a forte possibilidade de reaproveitamento de materiais, durante as campanhas quinhentista e setecentista.

É de supor, todavia, que o mosteiro primitivo medieval, cuja construção teria sido iniciada nos anos finais do século XI, estando terminada por volta do ano 1107, seguisse os cânones da arquitectura românica então vigentes. A igreja monástica original do cenóbio rendufense deveria, por isso, assemelhar-se a muitas outras do românico minhoto e duriense, encontradas em contexto rural, com dimensões modestas, apenas uma nave, reduzido número de aberturas, cabeceira composta por uma ou, eventualmente, três capelas de terminação rectangular ou semicircular.

Relativamente ao património fundiário da instituição, a cerca do mosteiro medieval englobaria as terras pertencentes ao couto primitivo, doado à comunidade juntamente com a dotação para a edificação do mosteiro. A este couto (de Rendufe) juntar-se-iam em data(s) incerta(s) durante o período medieval os restantes três: Sabariz, Codesseda e Paredes Secas. Para além dos coutos, o mosteiro era ainda detentor de uma quantidade considerável de casais que, juntamente com os primeiros, tornaram o cenóbio rendufense num dos maiores proprietários fundiários da região.

Na época moderna

O mosteiro de Santo André de Rendufe foi uma das primeiras instituições beneditinas a integrar a congregação de São Bento de Portugal, por à época, se encontrar já “vaga” pela morte do último abade comendatário, D. Henrique de Sousa.

Quanto às obras realizadas no século XVI, crê-se que estas não terão ido muito para além dos trabalhos realizados alguns anos antes pelo último abade comendatário. Destes sobressai naturalmente a reconstrução integral da igreja monástica, a qual passou então a ter três naves com capelas laterais. Parca é a informação conhecida sobre o templo quinhentista rendufense por, à falta de documentação relativa à sua edificação, acrescer o mesmo ter sido totalmente destruído para dar lugar à actual igreja, edificada durante o primeiro quartel de setecentos. O carácter recente da campanha de obras quinhentista aquando da integração do mosteiro de Rendufe na congregação beneditina terá permitido que o mesmo se mantivesse sem alterações significativas até ao século XVIII.

Após a reestruturação administrativa e de observância da regra beneditina possibilitadas pela integração de Rendufe na Congregação, “pelos fins do século XVII,

começam os destinos do mosteiro de Rendufe a ser confiados predominantemente a monges letrados (...). É que o mosteiro começou a ser preferido para funcionamento duma instituição monástica, que acabou por nele se fixar até ao final: o “colégio” de Filosofia. (...) Construiu-se-lhe mesmo uma casa aparte” (SOUSA:1969, 45).

O Colégio localizar-se-ia no corpo ocupado pela sacristia, encontrando-se voltado para a ala este do claustro e apresentando igualmente comunicação com a igreja pelo alçado sul da mesma. Segundo Pinho Leal, este bloco albergaria também o dormitório mais antigo do cenóbio, o qual o autor designa como “dormitório do Este”.

Quanto à configuração da cerca do mosteiro no século XVII, a descrição de Frei Leão de São Tomás é bastante elucidativa, informando o autor que “tem o mosteiro uma cerca grande, toda murada de pedra, e dentro tem hortas, pomares e uma deveza de muitas árvores, e nela muita caça, fechada, murada sobre si. Tem seu chafariz na claustra, sua fonte muito boa na horta, pelo meio dela lhe vai correndo um ribeiro, que lhe dá muito proveito” (TOMÁS:1974, 329).

No que concerne às alterações realizadas no complexo monástico durante o século XVII, “além do dormitório velho que fica para o nascente, vai-se fazendo outro de novo sobre a horta para o meio dia mais alto e mais formoso, que acabado será dos melhores da Religião” (TOMÁS:1974, 329). O “dormitório do meio dia”, também designado como dormitório oeste, corresponde ao bloco situado na ala poente do claustro (lado este do pátio de serviço), devendo, por isso, a sua construção datar de meados de seiscentos.

Deste modo, enquanto o respectivo piso superior seria ocupado por celas e pela casa do capítulo, no piso térreo estariam localizadas a portaria do mosteiro, casa do recibo, locutórios e botica, apresentando ainda este corpo uma comunicação com o terreiro do mosteiro. Esta ligação é feita por uma porta com moldura em granito, com data de 1638, coroada por um frontão triangular de tímpano liso, e ladeada por duas aberturas rectangulares, de tipo respirador, com gradeamento e emolduramento perspético.

Para além corpo oeste, outras intervenções seiscentistas são conhecidas por via dos “estados” da casa rendufense, nomeadamente na igreja, com a renovação do tecto, substituição dos órgãos, aquisição de mobiliário para a sacristia, entre outras alterações.

O século XVIII seria marcado por profundas transformações no complexo monástico de Rendufe, com a reedificação de um conjunto de estruturas, das quais se

destaca a igreja, mas também com o acrescento de novos espaços, como seja o dormitório novo, a fim de albergar o número crescente de professores.

A construção da nova igreja decorreria entre 1716 e 1719, no local da anterior, integrando Rendufe, assim como Tibães, Santo Tirso, Refojos de Basto e Alpendorada, o grupo de cenóbios beneditinos que apenas viram os seus templos renovados já em pleno século XVIII. O templo de Rendufe segue assim a típica planta setecentista de nave única com capelas laterais, coberta com abóbada de berço, sendo a cabeceira composta por uma capela-mor profunda, ladeada por dois altares, aos quais crescem mais dois nos braços do transepto (não saliente). Cada capela lateral da nave é encimada por um janelão de formato rectangular de consideráveis dimensões, apresentando a cabeceira três janelas de cada um dos lados, o que lhe confere grande luminosidade.

A igreja estaria concluída em 1719, prolongando-se os trabalhos decorativos pelas décadas seguintes, com a ornamentação dos tectos da abóbada, entre 1725-1728, com estuques e pinturas, hoje desaparecidas e bem diferentes das que são ainda visíveis na secção da capela-mor.

A presença abundante da pedra granítica (alçados e abóbada), juntamente com o emprego da caiação contrasta com o impacto decorativo do trabalho em talha dourada, presente em sanefas, molduras, altares, púlpitos, tribunas, justificando a classificação da igreja rendufense como uma das construções mais importantes da região de Braga para o estudo do primeiro estilo barroco, assim como do estilo rococó. Ainda que seja possível identificar no templo de Rendufe trabalhos passíveis de integrarem os diferentes “estilos” de talha operados ao longo do século XVIII, denota-se um predomínio de elementos pertencentes ao designado estilo nacional (primeiro quartel do século XVIII).

Esta primeira fase da talha barroca em território minhoto encontra-se invariavelmente associada ao nome de Gabriel Rodrigues, um dos grandes entalhadores beneditinos dos primeiros anos de setecentos, cujo trabalho se encontra disseminado por vários templos monásticos da ordem. Da sua autoria crêem-se ser os três retábulos da capela-mor (principal e laterais), os quatro da nave e os dois (laterais) do cruzeiro, o cadeiral do coro alto e as duas caixas de órgãos localizadas junto a este.

Da segunda metade de setecentos, e já enquadradas no designado “estilo joanino” tardio de transição para uma estética *rocaille*, são as molduras, sanefas e os bancos (que, para além do douramento, contêm simulações de marmoreado), que ocupam as laterais da capela mor. Este conjunto de elementos de talha localizados na

capela-mor são frequentemente mencionados como os mais relevantes do conjunto rendufense. Plenamente *rocailles* são as sanefas das capelas da nave, do transepto e arco triunfal, e as molduras das janelas das nave, num total de 13 elementos. Iniciada a sua execução no triénio 1777-1780, a mesma prolongar-se-ia pelo seguinte (1781-1783), realizando-se o douramento no triénio de 1789-1792, sendo obra do mestre Álvaro José Pereira de Faria.

O conjunto de talha de Rendufe é rematado pelos dois púlpitos da nave da igreja, obra já devedora de modelos neoclássicos, executada no triénio de 1792, por entalhador desconhecido, e dourada no seguinte. De linhas e decoração mais simples, apresentam um formato rectangular e motivos de grinaldas, festões, laçarias e sóis.

Quanto à presença de escultura no templo, enquanto no seu interior dominam as imagens de madeira, no exterior, na fachada, encontram-se imagens de granito, que constituem um dos pontos altos da escultura rendufense. Estas imagens, inseridas em nichos de formato de volta inteira, enquadram-se plenamente na restante decoração, tendo sido executadas durante o triénio de 1783-1786, com vista a substituir esculturas anteriores ali existentes. Não obstante tratar-se de granito, o talhe destas figuras demarca-se pela sua ligeireza e detalhe, identificando-se Santo André, São Bento e Santa Escolástica, sendo este um trabalho cuja autoria é igualmente desconhecida.

Composta por três corpos, o central correspondente à igreja, e os laterais às torres sineiras, ligeiramente recuadas, a fachada de Rendufe segue a tipologia tripartida adoptada no século XVIII para as frontarias de templos beneditinos, cujo sentido de verticalidade, desde logo sugerido pela presença das torres, de altura superior à da nave, é ainda acentuado pela inclusão de pilastras colossais ao centro e nos cunhais.

Acresce referir a capela do Santíssimo Sacramento, edificada no triénio de 1777-1780, na continuidade do braço esquerdo do transepto, segundo uma planta de formato oitavado. Segundo Robert Smith, “Estilisticamente, a nova capela do S. Sacramento representa, na zona de Braga, uma das primeiras manifestações do gosto chamado “pombalino”, que distinguia, na época, as igrejas construídas em Lisboa, depois do terramoto de 1755” (SMITH:1969, 17). A separação da capela do espaço do transepto é feita por meio de uma balaustrada de granito, material predominante em toda a capela, como atesta a opção pela execução do altar, sacrário e frontal também neste material.

Para além da reconstrução do templo do mosteiro, o século XVIII englobou várias outras reformas em diversos espaços do complexo rendufense, com a reedificação, também no triénio de 1716-1719, da biblioteca monástica, localizada no

piso superior do corpo do Colégio (ala este do claustro). Também o claustro foi alvo de profundas obras durante o triénio de 1716-1719, seguindo este espaço a estruturação tradicional beneditina, assente na planta quadrangular, composição em dois pisos, sendo que “o piso inferior é geralmente definido por arcos de volta perfeita assentes em colunas da ordem toscana, e o piso superior por janelas de sacada, que arrancam da cornija que divide os pisos em dois registos horizontais” (DIAS:2016, 372).

Ao centro destaca-se a sobrevivência do chafariz original, que segue o formato tradicional de tanque e taça com obelisco, que, em Rendufe, é decorado com motivos vegetalistas e carrancas. O granito é também neste espaço o material predominante, com excepção feita à cobertura do sobreclaustro, a qual, segundo os “estados” (SMITH:1969, 38), seria em madeira, num formato de alpendre, possibilitando, a circulação entre os pisos superiores dos vários corpos.

O actual terreiro do mosteiro foi completado em 1731, rematando assim as reformulações profundas operadas com a reconstrução da igreja (1716-1719) no quadrante este, e com a edificação de um novo dormitório, no lado sul (lado norte do pátio de serviço interno), durante o triénio de 1728-1731. O quadrante norte é delimitado por um troço do antigo muro da cerca, que separa o terreiro das terras de cultivo, outrora pertencentes ao cenóbio e hoje propriedade particular. A juntar à altura significativa e solidez do aparelho de construção, este pano de muro destaca-se ainda por albergar uma fonte embutida num nicho de formato trilobado, cuja superfície parietal é decorada com um relevo escultórico representando as armas beneditinas, sendo datada de 1742.

A edificação do dormitório novo pretendeu corresponder à demanda de novos espaços de habitação, pelo que enquanto o andar superior foi ocupado com celas, os inferiores adquiriram funções de celeiro e armazém, numa articulação directa com a casa do recibo localizada no corpo seiscentista contíguo. A diferenciação funcional dos vários pisos encontra-se patente nas opções construtivas e de configuração do espaço empregues em cada um deles. Todavia, a partilha da tendência “chã” verificada nos restantes corpos do complexo permitiu uma integração harmoniosa do novo dormitório no conjunto pré-existente, sendo possível a identificação dos vários pisos a partir do exterior, de acordo com a ordenação dos vãos e a presença de frisos e diferentes revestimentos parietais.

Interiormente, o piso térreo, correspondente a armazéns e celeiro, destaca-se pela sucessão de colunas com capitel estilizado que sustentam o sistema de abóbadas de

aresta em tijoleira. Esta opção é repetida no piso intermédio, onde em algumas partes ainda se conserva o revestimento em argamassa da abóbada, sendo mesmo possível encontrar restos de decoração em estuque. Já o piso superior apresenta uma cobertura de madeira, sendo também o soalho originalmente revestido neste material, dada a sua função habitacional. Ao centro existe um longo corredor ladeado por fileiras de portas, correspondentes ao espaço original das celas. Algumas janelas das celas conservam ainda silhares que funcionariam como assentos ou suportes para velas, havendo ainda sectores que mantêm a configuração espacial original, fortemente compartimentada.

Se no pátio de serviço o lado norte é ocupado pelo corpo do novo dormitório, o lado sul foi ocupado pela designada “hospedaria dos moços”, destinada a irmãos conversos e a noviciado. Também erigido durante o século XVIII, neste bloco o piso superior, destinado a habitação, era caracterizado pela modularidade correspondente às primitivas celas, enquanto o piso térreo, ocupado por uma estrebaria, apresenta uma unidade espacial ainda identificável, não obstante o avançado estado de ruína deste corpo. Exteriormente mantêm a linguagem formal anteriormente encontrada no dormitório norte, marcada por um alinhamento dos vãos e grande simplicidade decorativa.

Por último, a ala poente do pátio de serviço seria ocupada por um conjunto de construções adossadas aos elevados muros da cerca, compostas por dois pisos, e de carácter fortemente vernacular. Estas seriam utilizadas como espaços de apoio à lide agrícola, possivelmente para o armazenamento de ferramentas, eira, lagar, etc. Todas estas pequenas construções se encontram hoje em estado de ruína, restando apenas as paredes exteriores. Ainda durante o século XVIII terá sido edificado o aqueduto do mosteiro, no quadrante este da cerca, e edificado com vista ao encaminhamento de água até ao complexo monástico.

Na época contemporânea

Os primeiros sinais de tumulto junto da comunidade rendufense surgem no contexto da Segunda Invasão Francesa (1809), a qual passou pela região minhota, instalando um clima de guerra em toda a região norte do país. Neste contexto, “arvorou-se o mosteiro de Rendufe num castelo fortificado. Os monges e os colegiais armaram-se em defesa da pátria, fazendo causa comum com o povo das cercanias, e com as tropas a que se reuniram. Abandonaram os exercícios religiosos e, adornados dos atavios militares, hostilizaram os nossos invasores com garbo e denodo. Depois da retirada do exército francês, acolheram-se de novo ao mosteiro de Rendufe, assim os religiosos

como os seus colegiais. Não foi, no entanto, possível (...) corrigir então os excessos dos colegiais e induzi-los a reatar o fio dos estudos (...)” (CALDAS:1877, s.p.).

A este clima de insubordinação em Rendufe seguiu-se, anos mais tarde, aquele que seria o golpe final no universo do monacato em Portugal, decretado pelo novo regime liberal. Assim, ao conjunto de medidas promulgadas ao longo da década de 1820 que visavam reduzir o impacto e poder político, económico, social e religioso das ordens monásticas, seguiu-se em Maio de 1834, a promulgação da lei de Extinção das Ordens Religiosas, com efeitos imediatos sobre as casas monásticas masculinas. As respectivas ordens seriam expulsas do país e o seu património móvel e imóvel nacionalizado, passando a integrar os bens da Fazenda Nacional.

No caso de Rendufe, como de muitas outras instituições monásticas, o abandono do complexo pela respectiva comunidade religiosa foi seguida de actos de vandalismo, roubos e pilhagens que em muito lesaram o recheio artístico do mosteiro. A igreja do cenóbio passou a integrar exclusivamente funções paroquiais, apenas ficando reservado à paróquia “um pequeno bocado de cerca, deixado para passal do pároco (...); o dormitório do oeste [(“do meio dia”)] destinado para residência paroquial, e algumas outras propriedades (...)” (LEAL:1878, 135).

Os terrenos da cerca monástica e os restantes edifícios que compunham o complexo habitacional do mosteiro acabariam por ser vendidos em hasta pública, e adquiridos por membros da burguesia bracarense. O incêndio de Julho de 1877 provocou graves danos no mosteiro, apenas se salvando a igreja, o celeiro, morada dos caseiros, cozinha e os andares que eram de abóbada, demandando concertos e reparos.

As primeiras décadas do século XX são parcas em informações sobre o antigo cenóbio rendufense, sabendo-se, todavia, que em 1943 o mosteiro de obteve a classificação de Imóvel de Interesse Público. A 30 de Abril de 1960 decorre novo incidente, desta vez na igreja, com a derrocada de uma parte significativa do telhado e abóbada (zonas do coro e nave), provocando grandes estragos na decoração interior. Os trabalhos de restauro prolongar-se-iam pelos anos seguintes. A 1 de Junho de 1992, parte do imóvel é afecto ao IPPAR, passando algumas das suas estruturas novamente a integrar o património estatal, seguindo-se a promulgação, a 15 de Outubro de 1998, de um despacho de classificação de diversas estruturas existentes na quinta do mosteiro.

Já em 2005, o Estado adquire por 210 mil euros uma parcela de terreno ao proprietário da quinta entretanto instalada no espaço da antiga cerca, com vista a facilitar o acesso ao aqueduto do mosteiro, propriedade do Estado e a alguns dos

elementos classificados pelo IPPAR. Em 2012 é adquirido pelo Estado a última parte do complexo em falta, o bloco do novo dormitório (quadrante sul do terreiro), sendo em 2013 empreendidas obras de consolidação nas respectivas paredes e coberturas.

Considerações finais

O mosteiro de Rendufe estrutura-se segundo a tipologia arquitectónica tradicional beneditina, com o claustro a sul, em torno do qual se desenvolvem as principais dependências conventuais, e um grande terreiro de serviço, a poente, onde se localizam espaços destinados ao apoio agrícola, bem como ao alojamento de peregrinos (hospedaria) e ao contacto do mosteiro com o exterior (portaria, locutórios).

Os espaços afectos ao projecto, situados em torno do pátio de serviço, com excepção do corpo do lado nascente (actualmente em uso pela paróquia), apresentam níveis qualitativos de construção diferenciados, os quais se encontram directamente relacionados não só com a função original para que foram concebidos, como também com a sua localização e articulação face ao restante edificado, nomeadamente se apresentam (ou não) alçados voltados para o exterior.

Ao contrário da igreja, claustro e de alguns outros espaços a eles associados, cuja qualidade arquitectónica e artística é evidente, os edifícios a concessionar não possuem notas de grande excepcionalidade, sendo, todavia, importante destacar o equilíbrio volumétrico e harmonia na disposição dos vãos encontrados tanto no corpo da ala norte do pátio (dormitório novo) como no da ala sul (“hospedaria dos moços”).

Como elementos notáveis do conjunto salientam-se as abóbadas e arcos em tijolo e pedra existentes nos pisos inferiores do corpo da ala norte, bem como portadas, portas interiores, gradeamentos e pavimentos ainda encontrados nos diversos pisos, e alguns vestígios de pintura em medalhões de estuque e junto à entrada das celas que, embora não possuam valor artístico intrínseco, constituem elementos caracterizadores e evocativos das funções primitivas destes espaços, devendo ser reabilitados. Os elementos em pedra granítica presentes em janelas, portas, frisos, cunhais, pilares devem igualmente ser mantidos, pela importância da cantaria na arquitectura beneditina na região minhota.

Por conseguinte, e no que respeita às condicionantes de intervenção, deverá atentar-se no respeito pela integridade da volumetria e geometria originais do conjunto, pelo que, relativamente aos elementos estruturais existentes, neles poderá haver reforços, desde que os mesmos não comprometam ou subvertam a lógica estrutural

original. Neste sentido, as infra-estruturas originais deverão, sempre que possível, serem mantidas e integradas de forma harmoniosa nas novas construções. Os elementos notáveis anteriormente assinalados deverão ser preservados e alvo de restauro.

Por último, no que concerne aos diferentes níveis de protecção aplicados ao complexo de Santo André de Rendufe, o Nível I -Protecção Total - abrange a igreja, claustro e dependências anexas, adro e terreiro da igreja, enquanto o Nível II – Protecção Parcial – abarca a totalidade da área a concessionar, podendo, como salientado anteriormente, proceder-se à demolição de paredes não estruturais, sendo, no entanto, proibida a alteração de volumetrias.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986

AZEVEDO, José Correia de, *Inventário artístico de Portugal – Minho*. Braga: Litografia A. C. Braga, 1991, pp. 29-38

CALDAS, Pereira, *O mosteiro de Rendufe da extinta ordem beneditina devorado pelas chamas em 29 de Julho de 1877*. Braga, 1877

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal....* Braga: Tipografia De Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, Tomo I [1706]

CATALÃO, Sofia Barroso, *Mosteiro de Santo André de Rendufe: Uma análise histórica e arqueológica In Pedra e Cal: Revista de Conservação do Património Arquitectónico e de Reabilitação do Edificado*, nº25, Jan-Fev-Mar 2005, pp.14-15

DIAS, Eva Sofia Trindade, *Os claustros nos mosteiros da Congregação de São Bento em Portugal In Claustros o Mundo Mediterrânico – Séculos X a XVIII*. Coordenação de Giulia Rossi Varia e Joana Ramôa Melo. Lisboa: Almedina, 2016

ENCABO, Cecília, *O mosteiro de Rendufe: Propriedade e produção agrícola (1629-1674 e 1713-1822)*. Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1993

GIL, Nuno, *As mais belas igrejas de Portugal*, vol.I. Lisboa: Verbo, 1988

GOMES, Saul António, *Interesses dominiais do mosteiro de Rendufe na Estremadura até ao século XVI In Os Beneditinos na Europa: 1º Congresso Internacional*, 23 a 26 de Novembro de 1995. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995

LEAL, Augusto Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, oitavo tomo. Lisboa: Livraria Editora Mattos Moreira & Companhia, 1878, pp. 126-133

MARQUES, José, *Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna In Actas do Ciclo de Conferências Comemorações do 4º Centenário da fundação do Mosteiro de São Bento da Vitória*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp. 173-208

MATTOSO, José, *O mosteiro de Rendufe (1090-1570)*. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIII, fasc. 56, Julho a Dezembro de 1969

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro Profano ...*, parte I. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1757, p.132

OLIVEIRA, Paulo João da Cunha, *Miguel Fernandes, Mestre pedreiro de Rendufe, Alpendurada e Tibães (1716-1731) In Revista de Estudos/Património*, nº9, 2006, pp. 159-171

SÃO TOMÁS, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974 [1681]

SILVA, Domingos M. da, *Entre Homem e Cávado – I: Amares e Terras de Bouro*. Amares: Gráfica A Modelar, 1958

SMITH, Robert C., *Santo André de Rendufe: Subsídios para a história da sua igreja durante o século XVIII*. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIII, fasc. 56, Julho a Dezembro de 1969

SOUSA, D. Gabriel de, *O mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa*. Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXXV, fasc. 79, Dezembro de 1981

SOUSA, José João Rigaud de, *Mosteiros do Concelho de Amares. Vol. 1 – Mosteiro de Rendufe*. Braga: Oficinas Gráficas da Livraria Editora Pax, 1979

Em Linha

ANTUNES, Manuel Engrácia, *Um Abade e o seu Jericó – Frei Tomás do Sacramento no Mosteiro de Santo André de Rendufe no segundo quartel do século XVIII*, 2008 [www.cepese.pt/...expressao.../Um%20Abade%20e%20o%20seu%20Jericó.pdf]

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1898

<http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santo-andre-de-rendufe/>

<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/mosteiro-rendufe>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75006/>

<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1002625&ht=PAROQUIA%20DE%20RENDUFE>